

CONFLITO ARMADO E CRISE HUMANITÁRIA EM CABO DELGADO

CONTRIBUIÇÕES PARA A DESCOLONIZAÇÃO DOS ESTUDOS PARA A PAZ E SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Teresa Cunha, Liliana Zambrano-Quintero, Jokin Alberdi Bidaguren, e Terezinha da Silva

INTRODUÇÃO

Desde Outubro de 2017 que, em Cabo Delgado, se vive uma situação de violência organizada com ataques e destruição de edifícios, infra-estruturas e serviços governamentais, perseguições e assassinatos dirigidos à população civil, e um enorme êxodo das populações que buscam segurança e protecção. Segundo os dados do relatório publicado no portal em linha Cabo Ligado, a 2 de Agosto de 2022, foram reportadas 4154 mortes devido à violência organizada, das quais pelo menos 1799 são civis. O número total de pessoas deslocadas pela guerra até ao momento é de 946 508, tendo havido um aumento de 161 944 desde Fevereiro. Destas, 83 983 pessoas fugiram de ataques nos distritos de Ancuabe e Chiure em Junho, à medida que a guerra se estendeu para Sul. Cento e trinta e oito mil duzentas e trinta e uma pessoas regressaram a casa no mesmo período, mas a situação humanitária tem vindo a agravar-se na província (Hanlon, 2022). A maioria das pessoas deslocadas continua a viver em casa de familiares em Cabo Delgado, e várias dezenas de milhares pelas províncias adjacentes, como Niassa, Nampula e Zambézia e, ainda mais a Sul, em Inhambane e Sofala (Alberdi *et al.*, 2023; IOM, 2022).

Feijó (2022) afirma que está instalada uma guerra de guerrilha e sem um fim à vista. Na verdade, o que nos parece ser fundamental salientar, desde já, é que tanto as estratégias dos insurgentes que atacam em pequenos grupos e fogem, como as respostas de mitigação e controlo dos ataques e da violência através da via militar indicam uma adesão àquilo que Stephenson (1999:101) designa *mito da eficácia da violência*. Ora, consideramos que o condicionamento à ideia de que a violência e a guerra são necessárias para resolver os conflitos assenta, sempre, numa pretensa separação radical entre *nós* e *os outros* e na nossa *superioridade natural*, e tantas vezes moral, em relação *aos outros*. É esta naturalização da superioridade de um ser humano sobre outro que produz a ideia de ameaça permanente que tem de ser contida por meios repressores, se não

violentos, sendo as armas, assim, instrumentos essenciais para mediar as relações sociais, directa ou indirectamente. A ineficácia histórica da guerra-violência (Guzmán, 2001) está inscrita nas evidências empíricas a que todas/os temos tido acesso ao longo das nossas vidas. Os inúmeros conflitos bélicos sempre foram incapazes de resolver duradouramente os grandes problemas humanos. No entanto, um tanto paradoxalmente, este mito sobrevive e gera múltiplas espirais de violência uma vez que se crê que a resolução definitiva do conflito só será conseguida se se utilizarem mais meios de força, de modo a obrigar, sem réplica, o outro a obedecer ou a aceitar as condições impostas. Nesta lógica belicista, conflitual, adversarial, hierárquica, a Paz¹, só é possível, através da humilhação e eliminação total do *outro*. É na contramão deste mito que nos propomos realizar esta reflexão feminista e decolonial sobre a Paz e o desenvolvimento, em Moçambique.

Por outro lado, sendo para nós o conceito de desenvolvimento problemático, importa realizar uma clarificação conceptual a este respeito. Optamos, em primeiro lugar, pelo reconhecimento de que há muitas formas de pensar o mundo – o bem-estar e a justiça social e económica – além do mundo proclamado pelo conceito de desenvolvimento dominante. Amparadas/o numa extensa literatura crítica e decolonial sobre o desenvolvimento, o pós-desenvolvimento e o ecofeminismo (Santos & Cunha, 2022), fundamentamos a nossa escolha epistemológica, entre outras, nas obras das feministas Randriamaro (2018), Meer (2018), Svampa (2017), Shiva (2015), Gibson-Graham & Gibson (2008), Chancoso (2014) e Quijano (2011). Nesta literatura, o “desenvolvimento” é fortemente criticado como uma emanção da modernidade europeia e colonial que se estabelece e se expande a partir da sua pulsão de impor uma hegemonia exploradora e destruidora a todo o planeta, no que respeita tanto à forma de organização das sociedades e de como se representa o viver bem. Por outro lado, as/o autoras/e elaboram alternativas conceptuais e práticas com vista ao restauro das possibilidades de vidas vividas em plenitude, condensado na expressão “Sumak Kawsay”, em língua Quichwa do Ecuador. É neste contexto que surge a ideia de Bem Viver ou Viver Bem com base nas cosmologias andinas, o que significa, fundamentalmente, duas coisas. A primeira é que Viver Bem parte de uma cosmovisão diferente da ocidental que tem as suas raízes nas sabedorias comunitárias e não capitalistas de muitos povos do mundo. Neste sentido, o Suma Kawsay rompe efectivamente com as raízes capitalistas do conceito de desenvolvimento porque ancora em outro paradigma

¹ Estamo-nos a referir ao conceito de Paz liberal que é a hegemónica no mundo de hoje. A trajectória histórica da Paz liberal pode ser traçada desde Kant, Locke ou Mill que lançaram os alicerces filosóficos do liberalismo que durante a era colonial se representava a si mesmo como uma missão salvatória e civilizatória dos povos a colonizar (Paris, 2002). Neste sentido, a Paz liberal reflecte a cosmovisão, os conhecimentos dominantes e os interesses dos países vencedores da segunda guerra mundial (MacGinty, 2010:391). Está fundada nos princípios do liberalismo e neo-liberalismo que posteriormente se seguiu, em que *one size fits all*, ou seja, um só modelo de construção do Estado baseado na democracia liberal, e na economia de mercado num cenário de supervisão, para não dizer sujeição, às instituições Bretton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional); manutenção de uma economia de guerra como estratégia dissuasora e onde os vencedores têm acesso aos dividendos económicos políticos e simbólicos; que coloca no seu centro dos processos de decisão as instituições estatais ou transnacionais promovendo uma visão formalista de Paz e resolução de conflitos.

epistémico, ontológico e cosmológico. Por outro lado, recupera muitos dos conhecimentos e do saber-fazer ancestrais que fazem parte das lutas da humanidade, humilhada e despojada pelo capitalismo, colonialismo e o patriarcado, pela emancipação da vida em direcção à maximização da justiça e, como se diz no movimento zapatista, por um *mundo onde caibam muitos mundos*. Desta forma, usaremos o conceito de Bem Viver ou Viver Bem ao invés de “desenvolvimento” para afirmar o quadro teórico que informa o nosso pensamento e análise. Alcançar o fim do conflito e chegar à Paz, condição sem a qual Viver Bem será impossível, pressupõe uma reconciliação abrangente e profunda, não apenas das feridas do presente, mas também do passado. Na recorrência da eclosão de guerras e outros conflitos armados violentos, diversos autores (Beristain, 1999; Armiño, 2001; Moura, 2010; Cunha, 2012; Alberdi & Barroso, 2020) mostram que uma das causas está relacionada com a negligência e o descuido em fazer o trabalho de memória e trazer para as estratégias de mitigação dos efeitos da violência processos de reconciliação totalmente inclusivos e o desenho de estratégias que apontem tanto para lidar com as causas mais imediatas como com aquelas que subjazem nas profundezas do tecido social. Por isso, entendemos ser crucial ver garantidas a participação efectiva e segura das pessoas mais atingidas pela violência, tanto do lado das vítimas como do lado dos perpetradores, nos diálogos e nas negociações e nas decisões que lhes dizem respeito assim como ao seu território. Nenhuma Paz duradoura, e sem ela o Bem Viver pode acontecer sem reconciliação, justiça e a dignidade humana de todas e todos. Neste sentido, os programas humanitários para enfrentar a vulnerabilidade das pessoas deslocadas, a missão militar da SADC e as missões militares bilaterais existentes e os planos de reconstrução e “desenvolvimento” financiados por diferentes potências estrangeiras e multinacionais que operam no território serão sempre insuficientes, senão potenciadoras de mais violência e conflito; para restaurar a coesão social e a Paz; em muitos aspectos desadequados e ininteligíveis para as populações locais; e em muitos outros são, potencialmente, responsáveis por novos conflitos no terreno (Alberdi *et al.*, 2023; Mukadzi, 2022).

Argumentamos, assim, que uma abordagem do Triplo Nexso tem de ser dimensionada de forma a «cuidar sem fazer dano» (Zambrano-Quintero & Larrinaga, 2023:122) para garantir uma visão crítica e contextual que implemente práticas inclusivas em cada uma das suas etapas: seja na fase da ajuda humanitária, na construção da Paz (Anderson, 1999) ou na fase da reconstrução com vista ao desenvolvimento, ou seja, ao viver bem de todas e todos na província e no País.

A partir de uma perspectiva feminista situada, com este trabalho temos por objectivo principal contribuir para a descolonização da ideia de Paz e do desenvolvimento a partir das aprendizagens realizadas em Cabo Delgado. Começamos por problematizar o quanto de colonial permanece nas nossas teorias e abordagens. Num segundo momento, focamo-nos na crítica decolonial e feminista dos conceitos de Paz e desenvolvimento, propondo o conceito

andino de Viver Bem. Na última parte, apresentamos as principais lições aprendidas sobre ajuda humanitária, desenvolvimento, reconciliação e construção da Paz com base no trabalho sociológico e etnográfico realizado pela nossa equipa em conjunto com o grupo Centro de Estudos e Acções pela Paz (CEAP) de Cabo Delgado, nos dois últimos anos com comunidades de pessoas deslocadas em Pemba, Metuge, Ancuabe e Montepuez.

EXERCITANDO UMA DESCOLONIZAÇÃO FEMINISTA DO PENSAMENTO PARA PENSAR A PAZ E O DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE

A nossa primeira tarefa epistemológica é pensar além dos conceitos dominantes que herdámos sobre o que é a guerra, Paz e o desenvolvimento. Para iniciá-la, precisamos ter consciência que os conceitos que continuamos a utilizar, tanto no meio académico como nas instituições internacionais, para representar e dar sentido ao bem-estar e aos conflitos armados e guerras que vivemos e a sua superação, foram gerados a partir da experiência histórica do Ocidente, especialmente da Europa e da América do Norte. Esta permanência de um conhecimento marcado pelo imaginário e a materialidade coloniais e neocoloniais foi designada por *colonialidade do saber e do poder* (Quijano, 2000).

Por isso, parece-nos crucial reconhecer que o longo ciclo colonial europeu teve, e continua a ter, imensos efeitos na vida das/os habitantes dos países que foram as suas colónias e que a presente ordem mundial e a economia política neocolonial – para o que aqui nos interessa, a europeia, a norte-americana e a chinesa – estão a transformar países e regiões do globo em novas colónias. Em outros termos: mantêm a sua independência política, mas são subjugados aos interesses particulares, sejam económicos, geoestratégicos ou políticos das elites das novas metrópoles. Isso significa que, apesar das lutas de libertação e das independências políticas obtidas, o aparato epistemológico e político colonial continua activo e é com ele que prosseguimos comumente a dar sentido aos nossos mundos a que chamamos de pós-coloniais. Daqui resulta, em muitos momentos, não apenas uma disjunção entre a realidade concreta em que habitamos e vivemos e o pensamento que a define e a explica, mas também formas de validação do conhecimento que continuam a desvalorizar e, até silenciar, as estruturas e as formas de produção e comunicação dos saberes endógenos e locais. Por outras palavras, é muito mais fácil aceitar e validar o que uma grande instituição transnacional diz sobre o que é a Paz e o desenvolvimento, e como se deve alcançar, do que sentar e ouvir com atenção o que as pessoas dos locais afectados têm para nos dizer sobre como pensam e sentem essas coisas, e que políticas e medidas se deveriam conceber e implementar (Cunha & Silva, 2021; Alberdi *et al.*, 2023). Às primeiras reconhecemos autoridade, legitimidade, e capacidade de produzir ciência; às segundas reconhecemos um pensamento simplista, incapaz de analisar

os grandes temas, marcado por mistificações e ignorâncias. Entendemos, pois, que a primeira tarefa fica cumprida quando temos consciência de que estamos imersas/os num sistema de conhecimento que continua a colonizar os nossos imaginários teóricos e analíticos e que nos impede, as mais das vezes, de valorizar e reconhecer a importância de outros sistemas de pensamento e análise que fazem parte do nosso acervo humano e epistemológico.

Por outro lado, a literatura demonstra que as mulheres são responsáveis por uma economia três vezes superior à de todo o sector tecnológico no mundo (Oxfam, 2020), mostrando o valor real do trabalho não pago que as mulheres realizam em todos os cantos do planeta. No entanto, continuam a ser as pessoas mais empobrecidas do mundo. De todas elas, são as mulheres africanas as que mais sofrem com estas desigualdades e com as discriminações: apenas 22 homens no mundo possuem mais riqueza do que todas as mulheres de África, o continente mais longamente violentado pelo colonialismo europeu. Isto quer dizer que mais de 671 milhões de mulheres (Countrymeters, 2022), juntando todas as suas riquezas, não conseguiriam acumular aquilo que possuem apenas duas dezenas de homens, todos do Norte global. E, se tivermos em consideração as desigualdades internas existentes no continente, isto quer dizer que quase todas as mulheres africanas são realmente miseráveis no sentido de não possuírem os recursos materiais e simbólicos para poderem viver a sua vida com conforto, sem medo e sem violência, sendo respeitadas e valorizadas. Como Federici (2004) afirma, a acumulação capitalista só é possível à custa da invenção do trabalho doméstico feito gratuitamente pelas mulheres e da invenção de que a elas cabe fazê-lo obediente e silenciosamente. Por outro lado, foi necessário inculcar a ideia e torná-la num *tópos* cultural indiscutível que dita que todo esse labor é fruto da sua natureza e é feito, portanto, por “amor” à sua prole, à qual preside a figura do homem-macho, o chefe de família, o principal beneficiário directo destas sociedades domésticas. Percebe-se que bem como o colonialismo, o capitalismo e o patriarcado actuam em articulação, reforçando mutuamente os sistemas de opressão que geram. Lugones (2010), a este respeito, fala da *colonialidade do género* para significar a intersecção entre o colonialismo, o capitalismo e o patriarcado que produz a hegemonia de uma certa maneira de pensar e instrumentalizar o conceito de género em favor dos interesses e privilégios das elites contemporâneas, praticamente compostas por homens brancos e que vivem no Norte global, e dos seus aliados que vivem e governam no Sul global.

Para o que aqui nos interessa, argumentamos que uma dupla ruptura é necessária. Por um lado, romper com a ideia de que existe uma única forma de produzir ciência marcada por metodologias, indicadores e formas de validação e verificação universais, todos gerados a partir do centro imaginado do mundo que é o norte-moderno-ocidental. Por outro, perceber que descolonizar o pensamento necessita de uma perspectiva feminista que não só rompa com a naturalização da menoridade das mulheres, mas ponha em evidência que os privilégios e os benefícios tão desigualmente repartidos segundo as identidades sexuais e de género nas

sociedades contemporâneas, são a pedra angular que sustenta um sistema injusto, violento e predatório, incluindo o científico.

Neste sentido, vale a pena determo-nos um pouco sobre a questão da violência já que esta é uma das principais características da realidade que pretendemos analisar. A violência produz sempre dano e dor. Ora, não causar dano e dor a ninguém (Anderson, 1999) é fundamental para poder pensar a Paz e o Bem Viver em Moçambique. Partimos da ideia de que o que é vivido e pensado como dano e dor é fortemente moldado pela identidade sexual e/ou de género, pela história, pela experiência, pelas culturas e pelas ferramentas materiais e simbólicas que são usadas para resolver os conflitos (Zambrano-Quintero & Larrinaga, 2023). Consequentemente, as respostas que podem prevenir, mitigar e reparar os danos e as dores advindas das violências geradas pelas guerras, e por modelos de desenvolvimento injustos, espoliadores e discriminatórios (Harvey, 2004) e que podem restaurar a harmonia, a Paz e a justiça são sempre muito específicas dos contextos onde devem ser implementadas.

Por outro lado, tendo em mente o caso de Cabo Delgado, constatamos que apesar de existir uma literatura vibrante e notável sobre a guerra,² há, contudo, uma ausência notável em duas áreas principais: (i) há poucos estudos feitos por mulheres; (ii) quase não há estudos que incorporem análises das mulheres – refugiadas ou não – da guerra, e o que é preciso fazer para acabar com ela e avançar para a fase de reconstrução e cura social rumo a uma Paz eficaz e duradoura. Por outro lado, quando a literatura especializada ou jornalística aborda a questão das mulheres na guerra de Cabo Delgado, quase sempre o faz na perspectiva da vitimização de mulheres e raparigas adultas: abuso sexual, violência baseada no género, perda de membros da família, mortalidade materna e infantil, entre outras questões (Cunha, 2021). É óbvio que é muito importante denunciar e abordar estes problemas, contudo, muitas vezes, exerce uma dupla vitimização e, pior, tem tido o efeito perverso de obscurecer a agência e a inteligência das mulheres nas várias esferas da vida onde elas desempenham papéis sociais vitais.

De facto, os sofrimentos vividos por gerações inteiras durante a conquista, ocupação e exploração colonial (passada e presente) não têm sido suficientemente tidos em conta nas análises das violências subsequentes para entender de forma mais complexa e cabal o porquê da recorrência da guerra e da persistência da pobreza em Moçambique. A nosso ver, é cada vez

² Sem ter a pretensão de esgotar o que já foi escrito e publicado indicamos as seguintes obras: Mukadzi, Colaboratório Feminista. 2022. “Passado, presente e futuro na voz das mulheres e raparigas afectadas pelo conflito em Cabo Delgado: Uma análise feminista”. Maputo: ALIADAS; CESC; Embaixada do Canadá, 249 pp; Morier-Genoud, E. 2020. The jihadi insurgency in Mozambique: origins, nature and beginning, *Journal of Eastern African Studies*, DOI: 10.1080/17531055.2020.1789271; Saide H., Forquilha, S. and Pereira, J. 2019. Islamic Radicalization Northern Mozambique. The Case of Mocimboa da Praia, *Cadernos IESE* n.º 17E. Maputo: IESE; Chichava, S. 2020. Who is “the enemy” attacking Cabo Delgado? Short presentation of the hypotheses of the Mozambican government, *IDEIAS* N.º 127e – Maputo, 28 de Abril de 2020; Matsinhe, D. and Valoi, E. 2019. The genesis of insurgency in northern Mozambique, *ISS, SOUTHERN AFRICA REPORT* 27; Feijó, J. e Maquenzi, J. 2019. O processo de Insurgência armada em Cabo Delgado, *OMR - DESTAQUE RURAL* N.º 64; Feijó, J. e Maquenzi, J. 2019. Poverty, Inequality and Conflict the Northern Cabo Delgado *OMR - Observador Rural*, n.º 76; Pirió, G., Pitelly, R. y Adam, Y. 2018. “The emergence of Violent Extremism in Northern Mozambique”, *Spotlight - Africa Center for Strategic Studies*, 25.03.2018; Pirió, G., Pitelly, R. y Adam, Y. 2019. “The Many Drivers Enabling Violent Extremism in Northern Mozambique”, *Spotlight - Africa Center for Strategic Studies*, 20.05.2019.

mais necessário ouvir aquelas e aqueles que viveram as múltiplas violências e as tentativas de reconciliação nos últimos 60 anos. Se pensarmos com cuidado epistemológico, no tempo de uma vida, experimentou-se uma sucessão de acontecimentos, traumas, e momentos-chave de uma enorme importância social, política, económica e cultural: o colonialismo português com todas as suas violências; as agruras e sacrifícios da guerra de libertação; as enormes alegrias e expectativas da independência nacional; as dificuldades e desgraças da guerra dos 16 anos; a esperança do regresso à Paz com os Acordos de Roma; a factura paga ao Fundo Monetário Internacional com os Ajustamentos Estruturais e o fim do sonho de um país justo para todas e todos para, passados menos de vinte anos, em Cabo Delgado, emergir uma nova guerra que tira vidas, casas, separa as famílias e destrói as esperanças.

Este espaço-tempo, simultaneamente epistémico, político e biográfico de muitas e muitos moçambicanas/os, não pode ser omitido e negligenciado para imaginar, pensar e realizar a Paz e o Bem Viver. Descolonizar, pois, a Paz e o chamado “desenvolvimento” em Moçambique significa, em primeiro lugar, abrir um espaço às memórias divergentes e permitir que as e os moçambicanas/os, em geral, e o povo de Cabo Delgado, em particular, possam definir por si mesmas/os o que é a Paz que ambicionam e o que significa Viver Bem e pelo que estão dispostas/os a lutar num horizonte de emancipação pessoal e colectiva. Trata-se de pensar e construir a Paz e o Bem Viver de baixo-para-cima e de dentro-para-fora. É complexo, mas parafraseando Nelson Mandela, só impossível até se fazer.

NÃO HAVERÁ BEM VIVER SEM PAZ E NÃO HÁ PAZ SEM BEM VIVER

Como argumentámos em cima, não podemos analisar a economia política contemporânea sem levar em linha de conta a imbricação dos três principais sistemas de opressão que nomeámos: o colonialismo – as continuidades e permanências do colonialismo secular a que chamámos de colonialidades e as novas formas de ocupação e exploração por despojo que designámos de neocolonialismo –, o capitalismo na sua forma neoliberal e o atávico, mas sempre poderoso, patriarcado. Para os objectivos deste trabalho, é importante reflectir um pouco mais sobre a intensa conexão entre Paz e Bem Viver cuja epítome usada aqui é: não haverá Bem Viver sem Paz e não há Paz sem Bem Viver. Isto obriga-nos a avançar um pouco mais nas nossas reflexões sobre a descolonização feminista destas duas faces da realidade que se vive em Cabo Delgado, Moçambique.

Propomos começar por pensar que, quase sempre, a nossa Paz, ou melhor, a ausência de conflitos armados em que vivemos, existe à custa de uma guerra contra os *outros*. Não é possível fazer a Paz em Cabo Delgado sem compreender que existe uma economia política que determina o lugar de cada país, nas relações de poder político e económico globais que operam

além das fronteiras dos estados-nação. Esse sistema contínuo de produção de desigualdades é replicado no interior dos países. Por isso há regiões sacrificais e outras que são claramente beneficiadas em relação a onde reside o lugar de poder de decidir e de exercer coação sobre os que são considerados como *outros-abaixo-de-nós*. Essa lógica determina os meios que nações, estados e populações têm para lidar e pôr fim aos conflitos violentos nos seus territórios assim como que modelos de “desenvolvimento” são possíveis de implementar. A geopolítica dos interesses dos países, tanto a nível regional como internacional, é quase sempre um elemento crítico essencial para compreender a eclosão e manutenção dos estados de guerra em todo o mundo. Por outras palavras, nenhuma guerra é puramente doméstica; nenhum modelo de desenvolvimento é meramente nacional.

O segundo elemento de análise é a criação de zonas de interesse económico que têm que ver com o acesso a matérias-primas e recursos naturais valiosos e, com isso, a ampliação das fronteiras extractivas, bem como com a mobilidade de bens e capitais (Alberdi, Casimiro & Cunha, 2019; Brito *et al.*, 2010). As elites globais, que constituem 1 % da população mundial e que controlam o capitalismo financeiro e extractivista neoliberal (Oxfam, 2020)³, são por natureza predatórias, e recorrem à violência para alcançar os resultados de lucro e acumulação que lhes são favoráveis. É imprudente pensar que não existe uma relação directa entre as guerras sofridas por uns e o paraíso de Paz e prosperidade em que outros vivem.

A deslocalização de indústrias para países onde a mão-de-obra pode ser escravizada, os diamantes de sangue que são exibidos em festas e festivais de luxo, as redes de tráfico humano e exploração sexual de mulheres, o tráfico de droga, a florescente indústria de armas de países centrais, como a França, o Reino Unido, os Estados Unidos da América, entre outros, são algumas das facetas destas relações obscuras que impõem uma violência estrutural permanente que conduz a guerras onde as pessoas não se podem defender. Há, então, que reconhecer que os conflitos e a violência, especialmente a armada, são alimentados e mantidos à custa de relações de poder fortemente desiguais num contexto de hegemonia planetária de um modelo de desenvolvimento capitalista (Harvey, 2004; Amin, 2011) para o qual as identidades sexuais e de género não são neutras nem alheias (Cunha, 2021; Collet, Gwala & Farwenee, 2020).

A contribuição para a descolonização feminista dos estudos da Paz e do Bem-Viver que aqui discutimos conduz-nos às seguintes asserções. Em primeiro lugar, precisamos de sublinhar a interseccionalidade dos sistemas de opressão e exploração presentes na nossa contemporaneidade e como não se pode pensar nem a Paz nem o Viver Bem separadamente e

³ O relatório publicado pela OXFAM no início de 2020 apresenta alguns dados que consideramos serem reveladores. Entre outros, na sua página 5 pode ler-se:

- Em 2019, os bilionários do mundo, que somam apenas 2153 pessoas, detinham juntos mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas;

- O 1 % mais rico do mundo detém mais que o dobro da riqueza de 6,9 bilhões de pessoas;

sem uma abordagem profundamente feminista⁴ e decolonial. Em segundo lugar, defendemos que nem a Paz nem o Viver Bem podem ser concebidos como conceitos abstractos e supostamente universais, organizados em categorias e subcategorias, níveis e âmbitos todos definidos a partir de um mundo estranho e distante, tanto geográfica quanto epistemologicamente, daquele onde queremos que emergja a maximização da justiça social para todas e todos. Em terceiro lugar, argumentamos que a Paz e Viver Bem, são processos dinâmicos, complexos, diversos, polifónicos, que se constroem a partir das histórias do passado e do presente, da imaginação do futuro com base nas múltiplas experiências e cosmovisões presentes nos mundos que são habitados pelas comunidades de vida humana e não humana. Como diz Escobar (2016), trata-se de renunciar ao universo para reconhecer o pluriverso vital que somos nós, a humanidade inteira, juntamente com a Mãe Terra⁵ à qual pertencemos. Assim, é nosso entendimento teórico e analítico que é necessário resgatar as visões de Paz e de Viver Bem, a partir de baixo, valorizando as sabedorias ancestrais e os instrumentos que todas as culturas têm para imaginar a sua harmonia, a sua felicidade, justiça e resolver os seus conflitos de uma forma positiva e transformadora e sem recorrer à violência que inflige dor e dano amputando a dignidade da vida que deveria ser garantida.

DESCOLONIZAR É APRENDER A DESAPRENDER EXERCITANDO A HUMILDADE EPISTEMOLÓGICA

Parece-nos importante começar com uma lição preciosa aprendida em Cabo Delgado que nos chegou da cultura Emakhuwa, através do conceito de *Wunnurwana*. *Wunnurwana* significa *crescer com*. Não se trata apenas de crescer para se ficar maior, mas apela a uma relação tridimensional de interdependência e cuidado: com a natureza, com as pessoas e com o sagrado. Só se pode ser, só se pode crescer em Paz consigo mesma/o, Viver Bem, participando na vida da comunidade que envolve sempre todas as criaturas: as que existem, as que já morreram, mas continuam a viver de outras maneiras – as/os nossas/os ancestrais – e as que ainda não nasceram, mas que já fazem parte de nós. Este conceito do tempo em forma de espiral não pode ser compreendido por aqueles para quem o tempo é uma linha que se sucede irremediavelmente de forma cronológica. De acordo com esta lição, só é alcançada a Paz e o Bem Viver no cuidado que exige e promove esta relação permanente num trabalho incansável e incessante de cuidados recíprocos. Fazer as Pazes e Viver Bem são plurilógicos e pluriversais,

⁴ Note-se que não é de forma nenhuma abordagem feminista decolonial e perspectiva de género, no sentido que é dominante e usado pelo desenvolvimentismo hegemónico em Moçambique e no mundo. A/o leitora/or pede-se a atenção para as profundas diferenças argumentadas ao longo de todo o texto.

⁵ Ao usarmos este conceito Mãe Terra, estamos a reforçar a nossa crítica ao desenvolvimento que Moçambique tem prosseguido a partir de uma abordagem ecofeminista. No entanto, não sendo o objectivo deste trabalho, não desenvolvemos esta discussão. Esta nota serve, porém, para informar a /o leitora/or da nossa direcção teórica e analítica a este respeito.

onde *Wumuwana* é crescer juntas/os, é saber que a minha humanidade só encontra sentido pleno na humanidade de todas/os.

Aprendemos ainda que estamos no momento de fazer um trabalho de memória. Isto significa repudiar o esquecimento que sucessivas políticas de omissão ou de negligência histórica procuram levar a cabo para tornar hegemónica uma só visão dos acontecimentos e da história aniquilando todas as narrativas divergentes. Este trabalho de memória tem de incluir, sem falta, as mulheres de todas as idades e as suas narrativas sobre as causas próxima e longínquas da guerra; sobre efeitos e consequências; sobre como não voltar à guerra e à violência generalizada; do que significa Viver Bem e o que se sonha para o presente e o futuro. O trabalho de memória no qual as mulheres tomam parte de forma inteira, é uma condição crítica para criar o espaço necessário para a cura e amplia as possibilidades da sociedade, como um todo, de compreender a sua própria história e aprender com ela. Este trabalho de memória é ao mesmo tempo terapêutico e político, na medida em que recria as possibilidades de viver juntas/os e desfrutar com justiça os benefícios que a Mãe Terra tem para oferecer.

Neste sentido, terminamos este trabalho com a reflexão conjunta realizada com as nossas companheiras e companheiros em Cabo Delgado que resultou no texto que se segue. Resume algumas das contribuições concretas para uma descolonização feminista da Paz e como se pode pensar o Viver Bem em Cabo Delgado e Moçambique. Podem, as/os colegas da academia estranhar o tom em que está escrito; pode parecer demasiado coloquial e sem prerrogativas teóricas. Mas queremos defender com ele o nosso posicionamento epistemológico que temos vindo a argumentar ao longo deste trabalho. Está escrito nos termos e na forma em que faz sentido para todas as pessoas envolvidas na sua construção. Este facto valida uma objectividade forte (Harding, 1998), a densidade social e analítica, e ajuda a quem o ler a romper com o formalismo escolástico colonial que tanto lugar ainda ocupa as nossas mentes. Em segundo lugar, é um texto intensamente teórico e, se houver dúvidas quanto a isso, lembremo-nos que as ciências sociais críticas há muito já nos alertaram para aquilo que canonicamente nos habituámos a chamar de *grounded theory* (Charmaz, 2006).⁶ Serve também a *grounded theory* para não esquecermos que teorizar não é um privilégio de alguns, mas uma acção humana informada pela experiência, pela reflexão e meditação profundas sobre a realidade que todas e todos praticamos mesmo sem lhe atribuir nome e valor científico.

Mais do que uma *grounded theory*, é para nós um sentir-saber-fazer artesanal como modo de produzir e comunicar ciência. Este sentir-fazer-pensar permite narrativas autorais daquelas que sempre foram vistas e consideradas inferiores, residuais e subalternas como a maioria das mulheres no mundo. Serve-nos para terem o poder de representar, à sua maneira, os corpos,

6 Barney G. Glaser e Anselm L. Strauss são considerados os criadores da *grounded theory*. O seu livro *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research* (1967) delineou os princípios e técnicas da abordagem. Kathy Charmaz fez contribuições significativas para o desenvolvimento e o avanço da *grounded theory* e é amplamente citada.

os mundos em que vivem e o conhecimento que possuem. A isso chamamos de autoria e autoridade. É o poder de definir o que é o poder, que em vez de coerção e exploração pode ser a energia, vitalidade e o vigor da emancipação, nos seus próprios termos. Esta razão artesanal, abre esse vasto campo de enunciação, de comunicação através da sua economia de abundância – porque há sempre muitos mais conhecimentos no mundo que o modo ocidental de conhecer o mundo (Santos & Cunha, 2022). Por outras palavras, devolve às pessoas a abundância inscrita na sua diversidade de sentir-saber-fazer de e no mundo. Assim, a autoria e a autoridade deixam de ser uma disputa tornando-se num campo de realizações recíprocas. Se não perguntarmos às pessoas o que precisam, como pensam que podemos ajudá-las a recuperar a sua autonomia, como podemos ajudá-las a tornarem-se mais fortes como colectivo, que apoio concreto precisam, tudo se pode perder. Talvez a solução esteja no que fazemos com a informação que recolhemos e como temos a capacidade de a traduzir em questões concretas que fortalecem as pessoas. Este é o desafio, e seria a forma de compensar o presente de informação que partilham connosco para elaborarmos os nossos estudos e recomendações. Por isso, as pesquisas e as consultorias devem ter como objectivo principal poder transformar esta informação em acções concretas que permitam às pessoas, hoje vulnerabilizadas, reemergir, recuperar e ter uma vida digna.

É difícil estabelecer uma relação realmente bidireccional de solidariedade com as famílias mais afectadas, as deslocadas e as acolhedoras. Mas temos de tentar. No futuro, quando fizermos trabalho comunitário, temos de pensar nesta chave. Como podemos assegurar que o que resta para as comunidades não é insignificante, e que todos os nossos esforços humanos e económicos não se perdem nesta longa cadeia de cooperação, sem realmente chegarmos onde eles precisam de ir.

O nosso trabalho está sem dúvida a tornar-se um pouco extractivo, e temos de estar cientes disso. Mas se formos humildes e dispostas/os a aprender e compreender, e se formos capazes de concretizar a devolução tanto do nosso trabalho de investigação como da nossa intervenção comunitária para a Paz nas comunidades, não será tanto assim. Embora seja difícil de concretizar. Devemos todas/os sentar-nos um dia e concretizar estes devolver em dobro do que temos recebido das comunidades.

A partir daí, temos de recolher, sistematizar e transferir de uma forma simples as complexidades do que nos dizem. Devemos também ser sensíveis às interseccionalidades de género, etnia, religião, classe social, o que nos dá uma visão mais ampla das desigualdades que existem entre as famílias, a província e no país. Além disso, no diálogo com as famílias, tentaremos captar o que elas consideram importante para levar de volta a outros organismos onde são tomadas decisões sobre ajuda humanitária e construção da Paz.

Obviamente é muito difícil conseguir a sua participação directa quando as suas necessidades básicas não são cobertas, mas temos de, sem criar falsas expectativas, ser persistentes na ideia de que juntas/os podemos mudar algumas das decisões que as afectam. Devemos estar sempre conscientes de que o que restará para estas famílias é imensamente menos do que o que ficará para nós. Pensar e reforçar um regresso às comunidades, concretizando-o em algo específico do qual elas podem beneficiar (mesmo materialmente), tem de ser uma chave no nosso trabalho científico. É claro que temos de trabalhar o quotidiano sem esquecer a estrutura. Esta é a parte complicada, mas temos a certeza de que pouco a pouco o conseguiremos fazer.

Somos encorajadas/os a ouvir o apelo à acção que ressoa na voz de Amílcar Cabral: não digam mentiras; não reivindiquem vitórias fáceis. Não queremos perder de vista os nossos limites e as contradições com que vivemos. O que realmente importa é pensar em fazer de modo a transformar o mundo com Paz e justiça para todas e todos.

CONCLUSÃO

O principal objectivo deste trabalho foi contribuir para a descolonização feminista da Paz e do desenvolvimento a partir da realidade de Cabo Delgado onde temos estado a trabalhar desde 2017 juntamente com as/os companheiras/os do Centro de Estudos e Acções para a Paz de Pemba (CEAP). Depois de delimitar o âmbito de análise e situar a nossa discussão desenvolvemos o nosso argumento em três partes. Na primeira procurámos levar a cabo uma breve discussão epistemológica sobre o significado que atribuímos ao processo de descolonização do pensamento. Na segunda parte, focamo-nos na crítica decolonial e feminista dos conceitos de Paz e desenvolvimento, propondo antes o conceito e a epistemologia andinos de Viver Bem ou Bem-Viver. Procurámos mostrar as interseccionalidades entre os sistemas contemporâneos de opressão principais e como isso sobredetermina os diagnósticos e as alternativas para a transformação social que concebemos e propomos. Terminamos com um exercício a que chamamos de humildade epistemológica em três momentos: retirando consequências do conceito Emakhwa de *Wunmuzwana* como uma forma endógena e produtiva de pensar as sociabilidades pacíficas e o Viver Bem; propondo um trabalho de memória como um passo fundamental para chegar à Paz substantiva e duradoura; partilhando a nossa forma artesanal de produzir ciência e conhecimento através de algumas das reflexões cooperativamente elaboradas durante o nosso trabalho de pesquisa-acção em Cabo Delgado.

REFERÊNCIAS

- Alberdi, J. & Barroso, M. (2020). "Broadening the analysis of peace in Mozambique: Exploring emerging violence in times of transnational extractivism in Cabo Delgado." *Global Society*. 35 (2), 229–246.
- Alberdi, J., Casimiro, I. & Cunha, T. (2019). *Territorios en Conflicto. Claves para la construcción de alternativas de vida*. Gernika-Lumo: Asociación de Investigación por la Paz Gernika Gogoratuz.
- Alberdi, J. et al. (2023). *Guerra, desplazamientos forzados y respuestas a la crisis em Cabo Delgado, Mozambique*. Maputo: Ayuda em Acción.
- Amin, S. (2011). *Ending the crisis of capitalism or ending capitalism*. Dakar: CODESRIA.
- Anderson, M. B. (1999). *Do No Harm. How Aid Can Support Peace or War*. London: Lynne Rienner Publishers.
- Armiño, K. P. (2001). "Mozambique: del Éxito de la Pacificación a Incertidumbre del Desarrollo". In: T. Osorio & M. Aguirre (eds.). *Después de la Guerra: Um Manual para la Reconstrucción Posbélica*. Barcelona: Icaria. pp. 221–248.
- Beristain, C.M. (1999). *Rescontruir el tejido social*. Barcelona: Icaria.
- Brito, L. de, Castel-Branco, C., Chichava, S. & Francisco, A. (eds.) (2010). *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Chancoso, B. (2014). "El Sumak Kawsay desde la visión de la mujer." In: A. L. Hidalgo-Capitán, A.G. García, & N. D. Guazha (eds.). *Antología del pensamiento indigenista ecuatoriano sobre Sumak Kawsay*. Huelva: Pydlos. pp. 221–227.
- Charmaz, K. (2006). *Constructing Grounded Theory: A Practical Guide through Qualitative Analysis*. London: SAGE Publications.
- Collet, A., Gwala, D. & Farwenee, H. (2020). *Continuities of gendered violence in conflict making political economy visible insights by young feminist from the global south. Development Alternatives with Women for a New Era (DAWN)*. London: Zed Books.
- Countrymeters (2022). *África. 2022*. Disponível em: <https://countrymeters.info/pt/Africa>. (consultado a 29 de Maio de 2022).
- Cunha, T. (2021). "*Arrancando-nos da nossa terra, arrancam-nos as raízes e ficamos só no mundo. Um retrato da guerra em Cabo Delgado nas vozes das mulheres*." Maputo: Fórum Mulher.
- Cunha, T. (2012). "As memórias das guerras e as guerras de memórias. Mulheres, Moçambique e Timor-Leste." *Revista Crítica de Ciências Sociais*. (96) pp.67–86.
- Cunha, T. & Silva, T. da (2021). "*O saber ocupa lugar. A construção da Paz e a Coesão Social em Cabo Delgado*." Maputo: MASC.

- Escobar, A. (2016). “Sentipensar com la Tierra: Las Luchas Territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur.” *Revistade Antropología Iberoamericana*. 11 (1), 11–32.
- Federici, S. (2004). *Caliban and the witch*. Brooklyn: Autonomedia.
- Feijó, J. (2022). *Cabo Delgado um ano depois da chegada das tropas estrangeiras*. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/programas/convidado/20220729-cabo-delgado-um-ano-depois-da-chegada-das-tropas-estrangeiras?ref=wa>.
- Gibson-Graham, J. & Gibson, K. (2008). Diverse Economies: Performative Practices for Other Worlds Progress. *Human Geography*. 32 (5), 613–632.
- Guzmán, V. (2001). La Paz Imperfecta. Uma Perspectiva de la Filosofía para la Paz. In: F. Muñoz (ed.). *La Paz Imperfecta, Granada*. Granada: Universidad de Granada. pp. 67–94.
- Hanlon, J. (2022). *Mozambique News Report and Clippings*. 602.
- Harding, S. (1998). *Is Science Multicultural? Postcolonialisms, Feminisms, and Epistemologies*. Bloomington: Indiana University Press.
- Harvey, D. (2004). *El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión*. *Socialist Register*. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20130702120830/harvey.pdf>.
- IOM (2022). *Mozambique – Cabo Delgado, Nampula, Niassa, Zambesia and Inhambane Provinces. Summary of Results – IDP Baseline Assessment Round 15*. Disponível em: <https://displacement.iom.int/sites/default/files/public/reports/Baseline%20Assessment%20Report%20-%20Mozambique%20-%20R15%20-%20February%202022.pdf>.
- Lugones, M. (2010). Toward a decolonial feminism. *Hypatia*. 25 (4), 742–759.
- MacGinty, R. (2010). Hybrid Peace: The Interaction Between Top-Down and Bottom-Up Peace. *Security Dialogue*. 44 (4), 391–412.
- Meer, S. (2018). *Armas, Poder e Política. Extrativismo, Militarização e Violência contra as Mulheres em Moçambique*. Maputo: WOMIN – African Women Unite Against Destructive Resource Extraction.
- Moura, T. (2010). *Novíssimas guerras. Espaços, identidades e espirais de violência armada*. Coimbra: Editora Almedina.
- Mukadzi (2022). *Passado, presente e futuro na voz das mulheres e raparigas afectadas pelo conflito em Cabo Delgado: Uma análise feminista*. Maputo: ALIADAS.
- Oxfam (2020). *Time to care. Unpaid and underpaid care work and d the global inequality crisis*. London: Oxfam.
- Paris, R. (2002). International peacebuilding and the mission civilizatrice. *Review of International Studies*. 8 (4), 637–656.
- Quijano, A. (2011). Bien Vivir: entre el desarrollo y la des/colonialidad del poder. *Ecuador Debate*. (84) pp.77–87.

- Quijano, A. (2000). Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: E. Lander (ed.). *La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO. pp. 201–246.
- Randriamaro, Z. (2018). *Para além do extractivismo: Alternativas feministas para um desenvolvimento equitativo em termos sociais e de género em África*. Reflexões Feministas 2. Maputo: Fundação Friedrich Ebert.
- Santos, B. de S. & Cunha, T. (eds.) (2022). *Economias de Bem Viver: Contra o desperdício das experiências*. Coimbra: Edições 70.
- Shiva, V. (2015). *A Violência da Revolução Verde. Agricultura, Ecologia e Política do Terceiro Mundo*. Paço de Arcos: Edições Mahatma.
- Stephenson, C. (1999). Gender and United Nations Agenda for Peace. In: I. Breines, D. Gyericz, & B. Reardon (eds.). *Towards a women's agenda for a culture of peace*. Madrid: UNESCO. pp. 101–112.
- Svampa, M. (2017). *Del cambio de época al fin de ciclo. Gobiernos progresistas, extractivismo y movimientos sociales en América Latina*. Buenos Aires: Edhasa.
- Zambrano-Quintero, L. & Larrinaga, I. B. (eds.) (2023). *Metodologías para la construcción de alternativas de vida. Enfoques para el acompañamiento de procesos y consolidación de narrativas sobre sostenibilidad de la vida*. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratz.